



6º Congresso de Pós-Graduação

O PAPEL DO OUTRO NA CONSTITUIÇÃO DO EU: IMPLICAÇÕES PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM

Autor(es)

CLICIA A MARTARELLO DE CONTI

Orientador(es)

MARIA CECÍLIA RAFAEL DE GÓES

1. Introdução

O presente estudo parte de minhas indagações como psicoterapeuta de abordagem psicanalítica no trabalho com a infância, que sustenta o questionamento sobre a importância do Outro nas funções de promover desenvolvimento e aprendizagem dos bebês e crianças ou de deter esses mesmos processos.

Preocupada com a problemática da “criança que não aprende”, constato que as diferentes atribuições ao papel do Outro encontradas na literatura tendem teoricamente ora a enfatizar as forças endógenas e biológicas, ora a atribuir um papel preponderante ao ambiente e às relações sociais como condições constitutivas da formação humana. Essa diferença de perspectiva epistemológica resulta em diferentes práticas nos âmbitos educativos, terapêuticos e de outras esferas sociais, que produzem e reproduzem distintas realidades, nas quais configuram-se histórias vivas de certas crianças, famílias e instituições, evidenciando o profundo sofrimento das pessoas envolvidas.

Para adensar a reflexão sobre essa problemática, no trabalho de doutoramento em vigor escolhi pôr em debate distintos modos de pensar as relações do sujeito com o Outro: pelo vértice histórico-cultural, dentro da obra de Lev Vygotski, e pelo vértice psicanalítico, a partir do pensamento de Sigmund Freud e de Winnicott. Não se trata de explorar cada um dos vértices com a mesma intenção. O que me motiva é verificar fontes de contribuição que podem estar fora do campo psicanalítico e procurar encontrar nelas possibilidades de formular perguntas que conduzam a novas interpretações.

A intenção é derivar para o campo da Educação a perspectiva dos alcances e limites que sejam capazes de dar visibilidade às responsabilidades sociais em relação àqueles casos em que as crianças permanecem detidas nas suas formações pessoais, mostrando-se incapacitadas para as suas aprendizagens.

Internalização ou Conversão no pensamento de Vigotski

Para Vygotski, inexoravelmente o acesso da criança ao mundo não se dá pela relação direta com as coisas em si, mas supõe a existência de um Outro humano que exerce a mediação social semiótica, atribuindo sentidos e significados às experiências vividas, tal qual expressa na frase: *O caminho do objeto passa através da relação com outra pessoa* (VYGOTSKI, 1932/1966, p.317).

As relações sociais são convertidas de relações físicas entre as pessoas em relações semióticas dentro da pessoa. O papel do Outro, enquanto mediador social semiótico, é definido pela sua função de conferir significados e sentidos, transformando uma função natural em algo humanizado, pelo atributo da significação. Dessa maneira, o processo inter-pessoal passa a ser transformado em processo intra-pessoal, como resultado de muitas experiências vividas ao longo do desenvolvimento, e que se tornam funções psíquicas superiores.

Parece-me, portanto, que os próprios conceitos de mediação social e de conversão ou internalização inauguram um novo lugar epistemológico no qual se desvanece a dicotomia Eu e Outro, mundo interno e mundo externo, sobretudo nos estados primitivos da formação da pessoa.

Perduram, contudo, questões sobre o tema. À luz do conceito de mediação social semiótica e da possibilidade de que as relações sociais sejam convertidas ou internalizadas em relações semióticas dentro da pessoa, quais vicissitudes ocorreram, nos casos em que certas crianças parecem ter ficado detidas no desenvolvimento de suas potencialidades humanas?

O pressuposto ético do respeito à diversidade pressiona-nos a buscar avanços na compreensão sobre os diferentes modos que fazem com que as experiências sociais sejam convertidas pelos sujeitos de maneiras distintas, de acordo com as singularidades que jamais poderão ser homogeneizadas.

O Proto-nós antes do Eu

A perspectiva vygotskiana sobre a constituição da criança nos estados primitivos do desenvolvimento aponta para um momento em que ainda não há mundo interno ou pessoal estabelecido. No lugar disso há a experiência de um proto-nós, como diz o autor em seu artigo *El primer año* (1932/1966). Neste estudo há a proposição de que existe para o bebê no início da vida uma espécie de consciência primária de estar em comunidade psíquica com a mãe. Isso, diz Vygotski, antecede à consciência posterior de um Eu.

O bebê vive estreitamente ligado à mãe nos meses posteriores ao nascimento, estado esse que o torna maximamente social, embora possua paradoxalmente a mínima capacidade de uma comunicação social por meio da linguagem.

No início da vida, portanto, o Eu e o Outro (ou Outros) podem ser entendidos como constituindo uma estrutura única. Essa concepção permitiu ao autor afirmar que os bebês vivem mais nos Outros do que em si mesmo, podendo apenas no desenvolvimento posterior viver no seu Eu, como um desdobramento dessa experiência do proto-nós.

Nesse sentido, complicações iniciais no momento em que o bebê necessita do Outro de forma máxima podem vir a impedir a constituição de um Eu, impossibilitando, por conseguinte, a formação da interioridade dentro da qual algo pode ser internalizado? Temos nesses casos a hipótese do “não aprender” como manifestação de uma constituição precária do Eu, por decorrência de insuficiências advindas da relação com o Outro na vigência do proto-nós?

2. Objetivos

Visto ser necessário um recorte dessa ampla formulação, o objetivo do presente texto é analisar teses e proposições da abordagem histórico-cultural que permitam alimentar a reflexão sobre o papel do Outro na formação do psiquismo da criança e sobre a própria matriz psicanalítica em que me localizo para problematizá-lo.

3. Desenvolvimento

Neste relato focalizo os conceitos já mencionados, de internalização/conversão e do proto-nós na vertente histórico-cultural e examino o caso de uma criança, na tentativa de estabelecer a relação entre falhas na constituição primitiva do Eu e possíveis dificuldades de aprendizagem. Para tanto, tomo as considerações do autor nas edições das *Obras Escogidas*, da Visor, em especial dos volumes II, III e IV (VYGOTSKI, 1993, 1994, 1995).

4. Resultado e Discussão

Rosa: precariedade na constituição do Eu e a retomada do desenvolvimento e da capacidade para aprender

Reporto-me sumariamente ao caso de uma criança que, tendo recebido ao nascer um diagnóstico equivocado de uma síndrome genética, provocou em sua mãe profunda retração afetiva à qual respondera, por sua vez, com um pronunciado encapsulamento autístico ao longo de seus dois primeiros anos de vida. “-Eu não falava com ela!”, diz a mãe. “-Só na minha cabeça!”, lamenta.

Defensivamente refugiada em seu sono, Rosa distanciava-se dos contatos humanos pelos quais poderia constituir-se por meio dos sentidos vividos nos vínculos e que pouco a pouco convertidos a constituiria como um ser que pensa, fala, brinca e aprende.

Tendo ido para o berçário, a instituição não foi capaz de atribuir novos sentidos e significados à morbidez de seu distanciamento do mundo e dos Outros. Era considerada a bebê boazinha e dorminhoca, e assim deixada a permanecer, enquanto que a demanda dos bebês mais barulhentos concorriam em atenção. Rosa dormiu durante todos os dias ao longo de dois anos. Acordava um pouco à noite e logo voltava ao seu refúgio. Sua configuração genética, por si só, não justifica esse movimento psíquico de fuga da luz dos contatos humanos e da própria vida.

Seguiu-se a esse período uma longa peregrinação dos pais em busca do diagnóstico que lhes abrisse a perspectiva esperançosa de um caminho diferenciado para o seu desenvolvimento e aprendizagem.

Conjecturamos sobre as diversas falhas sociais que se entrelaçam às fantasias inconscientes dos pais, por não terem gerado a filha de suas idealizações.

As instâncias mediadoras dessa situação corroboraram tanto para a instalação de uma angústia abissal, como impedindo a sua transformação. A começar pela Instituição de saúde em que Rosa nascera, que pela incerteza e insegurança diagnóstica gerou nos pais uma experiência de terror, e lamentavelmente não pôde oferecer-lhes acolhimento e novos significados para o vivido.

Rosa era “diferente” e essa “diferença” inominada ao lado da angústia incontida cravava no psiquismo dos pais um sentimento de fracasso num mundo da ideologia meritocrática, no qual o valor humano reside na competência, critério historicamente construído no universo de uma racionalidade que se impõe nos últimos séculos.

Quando Rosa já estava com quase seis anos apresentava um atraso generalizado em seu desenvolvimento, enorme pobreza expressiva, emitindo apenas algumas palavras.

Apesar de tantas adversidades esses pais encontraram nas instâncias de uma terapia fonoaudiológica qualificada, de uma professora consciente de seu papel em outra escola e finalmente em uma terapia

psicanalítica a perspectiva de novas mediações sociais que foram construindo outros sentidos e significados à dramática história.

Num longo percurso de intenso trabalho dessa equipe de mediadores, Rosa despertou de um sono mórbido que a impedia de constituir-se como pessoa. Converteu novas relações sociais que puderam constituir-se em funções psíquicas disponíveis para o aprender. Rosa antes de tudo pôde viver a relação de dependência emocional original (WINNICOT, 1990) na vigência de um proto-nós que cumpriu com sua função para a posterior formação de um Eu que hoje se expande e aprende, dentro de suas limitações, tendo porém superado o horror que levou-a ao não estabelecimento dos vínculos humanos.

Consideramos que o fenômeno da Conversão do Outro em Eu parece abranger em complexidade o processo psico-social pelo qual se constitui a pessoa, desde o momento em que seu estar no mundo antecede à sua emancipação psicológica.

Somente no momento posterior à existência de uma pessoa verdadeiramente construída pelas experiências sociais reais e nas condições concretas de vida é que poderíamos falar de mecanismos intra-psíquicos.

Isso redimensiona o papel do Outro na aprendizagem, fazendo expandir sua função constitutiva do Eu. Este Eu apenas se inaugura na posterioridade de um proto-nós, em que o bebê pôde depender maximamente de um ambiente humano de determinada qualidade.

Uma vez podendo estabelecer-se o Eu, ainda assim, o Outro inscreve a sua marca permanentemente. O papel do Outro na constituição do Eu parece permanecer ativo ao longo da vida, seja para promover o desenvolvimento e as possibilidades de aprendizagem, seja para deter esses mesmos processos.

Deduz-se daí que a possibilidade de aprendizagem pautada na mediação de um Outro e no processo de Conversão das relações sociais em funções psíquicas superiores depende em grande parte de que o período da vivência do proto-nós tenha transcorrido de modo ao Eu poder estabelecer-se.

Dessas considerações teórico-práticas, derivamos duas hipóteses interpretativas.

A primeira é a de que a “criança que não aprende” pode estar detida em seu desenvolvimento por falhas na formação do Eu. Essas falhas parecem situar-se no período de vigência do proto-nós, no qual já participa intrinsecamente o papel do Outro e revelam, por sua vez, as condições em que o ambiente humano não pôde prover a sustentação das demandas emocionais iniciais do bebê, nem pôde atribuir às suas experiências os sentidos e significados que gerassem desenvolvimento e aprendizados.

A segunda é que participam do processo de Conversão das funções das relações sociais em funções psíquicas os aspectos da singularidade histórica de cada criança, e que confere a cada uma um lugar único no mundo, o que compõe a diversidade existente entre os homens. Essa diversidade abarca não somente as distintas configurações genéticas ou distinções anatômicas, mas principalmente os modos como cada história pessoal é sentida e significada na relação Eu/Outro.

5. Considerações Finais

Para finalizar, reiteramos a expectativa de que somente o diálogo interdisciplinar pode trazer, no estado atual da ciência, elementos que permitam recompor a observação dos problemas reais vividos, para além de seus fragmentos, sem incorreremos ao reducionismo que despreza a complexidade das forças participantes da constituição da pessoa no mundo, no que se refere à sua constituição, sua aprendizagem e ao papel do Outro no processo.

A expansão do conhecimento sobre a constituição do Eu e o papel do Outro nos estados iniciais do desenvolvimento humano parece ser necessária para darmos conta do problema real da “criança que não aprende” e que muitas vezes pode estar detida pelas adversidades localizadas na relação com o Outro no momento crucial de sua formação.

Se essas noções se estabelecem como significativas, abrimos um campo de intervenção na educação e na saúde, tanto para a retomada dos desenvolvimentos detidos ou deteriorados por causa da precariedade em que o Eu se constituiu, como para a profilaxia que tenderá a cuidar com mais atenção e maior instrumental

teórico dos bebês e crianças institucionalizadas em berçários e creches, por meio da capacitação contínua dos educadores, para que se apropriem de suas nobres funções como mediadores sociais.

Concebemos enfim a dor psíquica daqueles que lidam com os desafios inerentes à “criança que não aprende” como algo a se transformar pelos esforços conjuntos dos mediadores sociais (terapeutas, educadores e pais) inseridos nos sistemas e políticas sociais, que em cada tempo e lugar histórico produzem permanentemente diferentes sentidos e significados como instrumentos de modificação e criação da realidade humana.

Referências Bibliográficas

VYGOTSKI, L. S., Pensamiento y lenguaje. Madri: Visor, 1993, Tomo II. In: Obras Escogidas.

_____ História del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. Madri: Visor, 1995, Tomo III. In: Obras Escogidas.

_____ El primer año - Problemas de la Psicología Infantil, Madri: Visor, 1996, Tomo IV. In: Obras Escogidas,

WINNICOTT, D. W., Estabelecimento do status de unidade, Rio de Janeiro: Imago, 1990. In: Natureza Humana.